



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Jornalismo

Nome do Candidato

Caderno de Prova '12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: pib.socioambiental.org. Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:

- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, **têm** aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será

- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente

- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.

A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.

A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.

Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.

Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos deixariam de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e converte-se em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se materializarem...</i></p> <p>(E) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) dependem, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social...</i> (atividades exercidas)</p> <p>(B) <i>À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que...</i> (integra-se)</p> <p>(C) <i>...e o direito à resistência.</i> (resistir)</p> <p>(D) <i>...e do acesso à justiça...</i> (tribunais)</p> <p>(E) <i>Para terminar, volto à deusa Têmis...</i> (evoco)</p>	<p>16. Identifica-se ideia de comparação no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> <i>...questionar a desigualdade entre os indivíduos...</i> <i>...um símbolo atravessou os séculos...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina...</i> (1º parágrafo)</p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade...</i> (7º parágrafo)</p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra...</i> (8º parágrafo)</p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade.</i> (8º parágrafo)</p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo...</i> (3º parágrafo)</p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;">Resolução nº 006/2003 – TJAP</p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, foi um jornal de ferrenha oposição a diversos presidentes, especialmente Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Este veículo chegou a integrar campanhas anti-Getúlio nas eleições presidenciais de 1950 e no denunciamento que resultou no suicídio desse presidente, em 1954. O seu proprietário e editor-chefe era

- (A) Assis Chateaubriand.
- (B) Carlos Lacerda.
- (C) Victor Civita.
- (D) Irineu Marinho.
- (E) Júlio de Mesquita Filho.

32. Jesús Martín Barbero descreve em *Dos Meios às Mídias – Comunicação, Cultura e Hegemonia* (Editora UFRJ, 2013, p. 133-146), um processo de *Enculturação*, que é o estabelecimento da hegemonia da cultura burguesa sobre as culturas populares. Esta construção se dá quando

- (A) os meios de comunicação de massa representam as classes burguesas.
- (B) a população adquire aparelhos eletrônicos para consumo de notícias.
- (C) os governos elaboram políticas públicas multiculturalistas.
- (D) os processos de produção dos códigos são manipulados pelos governos.
- (E) a sociedade aceita o mito de que existe uma cultura universal.

33. Em *O Narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Walter Benjamin afirma que:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações.

(In: **Obras Escolhidas, v. I – Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 203)

De acordo com este autor, a informação

- (A) compõe o caráter miraculoso da narrativa.
- (B) é sinônimo de saber.
- (C) é elemento intrínseco da narrativa.
- (D) não é saber.
- (E) pode ser convertida em saber se vista em si e para si.

34. *Muitos jornalistas de veículos impressos, quando estão na rua cobrindo um acontecimento específico, são obrigados a enviar notícias para a versão digital do veículo ao qual estão vinculados. (...) Em uma cidade como Brasília, onde as rotinas de trabalho são intensas, o número de jornalistas “em pé” é inferior ao de jornalistas “sentados”. Por isso há poucas possibilidades de envio de repórteres para a cobertura in loco de certos eventos. Cada jornalista em atividade deve produzir entre 10 e 20 matérias por dia.*

(JORGE, T. M.; PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L.: *Jornalismo na internet: desafios e perspectivas no trinômio formação/universidade/mercado*. In: RODRIGUES, Carla (Org.): **Jornalismo online – modos de fazer**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Insular, 2009, p. 75-96)

São diversos os perfis dos jornalistas da *web*. O repórter, especificamente, tem passado por um processo de

- (A) trânsito do jornalismo impresso para o de internet devido às similaridades de linguagem destas duas modalidades de produção da notícia.
- (B) conquista de prestígio profissional devido às suas habilidades intrínsecas de produção de texto, vídeo, áudio, além de edição em todas as mídias.
- (C) intenso aperfeiçoamento no sentido de dominar os códigos e as linguagens da *web* com a finalidade primordial de desenvolvimento profissional e social.
- (D) consolidação de uma profissão específica para a internet, distinta do repórter de TV, rádio e impresso, tendo atribuições específicas numa cobertura conjunta.
- (E) transformação em profissional multimídia produtor de conteúdo, atendendo a necessidades da empresa sob um estatuto de precarização do trabalho.

35. As tecnologias digitais potencializaram a ideia de *jornalismo cidadão*, muito presente no rádio. Com a internet, a construção da notícia pode se dar de forma colaborativa com o público, no sentido de ter informações com maior agilidade enviadas por dispositivos móveis pelo próprio cidadão, não necessariamente com o envio de um repórter. A esse respeito pode-se considerar que as informações enviadas pelo cidadão

- I. são confiáveis e podem ser imediatamente publicadas, assim que chegam.
- II. carecem de apuração como qualquer outra fonte de notícia.
- III. devem ser apuradas com maior agilidade para não perder o tempo da notícia.
- IV. impõem desafios para o controle da qualidade da produção da notícia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



36. Segundo o *Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação*, uma cobertura jornalística, especialmente quando se trata de temas políticos, deve ser realizada de forma *apartidária, justa, autônoma e em sintonia com o interesse público* do cidadão. Esses parâmetros orientam uma cobertura voltada, principalmente,
- (A) da Presidência da República, seus ministérios e as relações com o Congresso.
- (B) dos maiores partidos de situação e oposição no Congresso Nacional.
- (C) dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis.
- (D) dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em nível federal.
- (E) das relações políticas que não possuam vínculo com movimentos corporativistas.
37. *Rádio comunitária é uma FM de baixa potência de caráter local, voltada para informar, entreter e prestar serviço à população de sua área de atuação. A verdadeira comunitária facilita e incentiva o acesso a seu microfone pela comunidade. Esta deve ser administrada por uma associação aberta à participação da comunidade ou, no mínimo, ter sua programação sob o controle de conselhos eleitos pelos ouvintes.* Partindo dessa definição dada por Fred Ghedini, em *Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil* (São Paulo: Global/Ação Educativa), é correto afirmar que
- (A) todas as "rádios livres" são consideradas comunitárias.
- (B) as rádios dirigidas por igrejas são comunitárias.
- (C) qualquer rádio ligada a uma comunidade é comunitária.
- (D) as pequenas rádios, mesmo dirigidas por empresários, são comunitárias.
- (E) as rádios comunitárias efetivamente democratizam a comunicação.
38. Algumas vezes no telejornalismo não há possibilidade de apresentação de alguma imagem ou – pela velocidade de sua produção – faltou tempo para a edição de uma matéria, mas é necessário que ela seja veiculada. Nesses casos, o repórter pode dar a notícia contando tudo o que foi apurado, falando diretamente para a câmara, porém sem exibir nenhuma outra imagem. A esse recurso damos o nome de
- (A) *cue*.
- (B) *time code*.
- (C) *stand up*.
- (D) *script*.
- (E) *travelling*.
39. Uma característica essencial na redação da chamada é
- (A) apresentar informações sobre uma foto ou ilustração.
- (B) deixar claro qual é a opinião do veículo.
- (C) dar sequência a um fato relatado anteriormente.
- (D) despertar o interesse para a leitura integral da notícia.
- (E) destacar um personagem ou ambiente em detalhes.
40. Ser simples, claro, direto, conciso, preciso e objetivo são características que todo texto jornalístico deve apresentar independentemente do veículo em que for publicado ou apresentado. Sobre os textos jornalísticos produzidos para a TV é INCORRETO dizer que
- (A) primeiro deve-se conhecer todas as imagens que poderão ser usadas na edição.
- (B) a sequência do texto deve ser elaborada com lógica, tendo início, meio e fim.
- (C) é recomendado usar frases curtas, mas não a ponto de serem telegráficas.
- (D) o excesso de adjetivos utilizados diminui o impacto da informação dada.
- (E) o texto sempre deve descrever exatamente aquilo que se está vendo na imagem.
41. Na elaboração de um artigo científico deve-se, preferencialmente, utilizar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Segundo essas normas, as citações com
- (A) até cinco linhas devem vir sem aspas no próprio parágrafo.
- (B) mais de dez linhas devem ser feitas em outro parágrafo com recuo.
- (C) até três linhas devem ser feitas no próprio parágrafo entre aspas duplas.
- (D) até três linhas obrigatoriamente devem ser feitas em paráfrase.
- (E) mais de cinco linhas podem vir no próprio parágrafo com aspas simples.
42. O chefe de jornalismo, que em algumas empresas recebe o nome de diretor de jornalismo, exerce várias funções:
- I. Execução da linha editorial da publicação.
- II. Discussão da pauta elaborada pelo pauteiro ou chefe de reportagem.
- III. Redação final de todos os textos produzidos pela reportagem.
- IV. Revisão dos textos produzidos por todas as editoriais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.
43. Entre os vários gêneros jornalísticos, aquele que mais se aproxima da literatura é
- (A) a nota.
- (B) o roteiro.
- (C) o *fait-divers*.
- (D) a reportagem.
- (E) a crônica.



44. O empastelamento, dentro do jargão jornalístico, significa
- (A) a elaboração de todas as ilustrações de uma publicação em tons pastéis.
- (B) a mistura dos tipos na composição de um texto ou das partes de um original.
- (C) a organização do material a ser publicado em pastas para facilitar a edição.
- (D) o trabalho de montagem da página feito pelo profissional de *paste-up*.
- (E) o processo de aplicação de retícula nas ilustrações em preto e branco.
-
45. Os infográficos estão cada vez mais presentes na imprensa e ganharam uma importância muito grande. Muitas vezes eles são os responsáveis por despertar a atenção do leitor para a matéria jornalística. Um bom infográfico deve
- (A) extrair para si toda a informação não narrativa do texto.
- (B) ser fruto do trabalho de um único profissional.
- (C) passar para o leitor um número mínimo de informações.
- (D) apresentar sempre muitos elementos decorativos.
- (E) deixar de valorizar o uso das cores em sua arte final.
-
46. A comunicação interna tem atualmente uma grande importância nas empresas e nas instituições. O objetivo é
- (A) meramente informar aos trabalhadores as atividades da empresa ou instituição.
- (B) fundamentalmente providenciar a redação de memorandos e circulares.
- (C) fazer somente as propagandas internas para a divulgação da organização.
- (D) unificar os discursos, dentro da organização, voltados para o público interno.
- (E) ser a voz incontestável da direção da empresa em todos os momentos.
-
47. Ao iniciar o atendimento a um cliente, a Assessoria de Comunicação deve fazer um diagnóstico preliminar a respeito do assessorado. Esse diagnóstico, entre outros fatores, visa, fundamentalmente, a
- (A) identificar os pontos fracos e fortes da empresa e da concorrência.
- (B) saber qual é a relação da empresa com a área sindical.
- (C) descobrir o valor das ações da empresa na Bolsa de Valores.
- (D) verificar a saúde financeira da empresa contratante.
- (E) conhecer os investimentos da empresa em pesquisas de mercado.
-
48. O jornalista Thomaz Souto Corrêa segundo o livro *Jornalismo de Revista*, de Marília Scalzo (São Paulo: Contexto), diz que *capa é feita para vender revista*. Apesar de não haver uma regra ou uma fórmula infalível para criar uma boa capa, há alguns cuidados que devem ser tomados tais como
- I. notícias exclusivas ou quentes rendem capas criativas.
- II. é necessário sempre ter uma pessoa famosa na capa.
- III. uma boa imagem sempre prende a atenção do leitor.
- IV. as chamadas da revista devem ser claras e diretas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.
-
49. A realização do *follow up* pelas Assessorias de Comunicação junto aos veículos de comunicação objetiva, fundamentalmente, que
- (A) se tenha a garantia de que o *release* será publicado.
- (B) o editor não tenha como descartar o *release* enviado.
- (C) essa pressão garantida, pelo menos, uma nota publicada.
- (D) o editor tome conhecimento da pauta enviada.
- (E) o assessorado evite cobrar o assessor pela publicação.
-
50. Ferramenta que a Assessoria usa para organizar as informações que está divulgando. Trata-se de um texto, cuja essência é a informação (Fenaj. Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa). Essa é a definição de
- (A) súmula.
- (B) sugestão de pauta.
- (C) *release*.
- (D) sinopse.
- (E) análise.
-
51. Numa cobertura jornalística, o repórter tem acesso a uma diversidade de informações, sendo necessária a seleção do que será publicado. Nesse sentido, quem redige deve considerar o filtro que a notícia é recente,
- (A) inédita, verdadeira e de interesse do jornal.
- (B) inédita, de interesse da fonte e construída para um contexto específico.
- (C) de interesse do jornal e construída para um contexto específico.
- (D) inédita, denunciativa e de interesse do jornal.
- (E) inédita, verdadeira e de interesse público.



52. *O perfil dos novos jornalistas é profundamente diferente dos velhos colegas de profissão, acostumados com uma única via de comunicação. Não basta mais o domínio ou a familiaridade do assunto em questão; os novos jornalistas devem possuir profundos conhecimentos sobre mídia digital.*
(TORRES, Cleyton Carlos: **Perfil do novo jornalista vai além do jornalismo**. Observatório da Imprensa, ed. 677, 17/01/2012)
- Para se comunicar de modo eficiente com o público, o jornalista deve ter capacidade de domínio de linguagens e produção de conteúdos que considerem de forma determinante
- (A) a manutenção de linguagens e mídias tradicionais em nichos comunicacionais.
- (B) o interesse de *stakeholders* no tema abordado e na mídia usada.
- (C) a organização do fluxo de trabalho dentro da empresa.
- (D) os hábitos do seu público de consumo informacional.
- (E) os custos de cursos de formação continuada.
-
53. A denúncia feita com a intenção de buscar informação para o cidadão, não pode servir de artifício para confundir o caráter jornalístico de uma apuração com a atuação das polícias judiciárias, do Ministério Público ou qualquer outro órgão oficial de investigação. Nesse sentido, quando uma denúncia originada no trabalho do jornalista, não estiver ainda publicizada por outros meios, é conveniente do ponto de vista ético
- (A) alertar a população o quanto antes para evitar a fuga do denunciado.
- (B) conceder um prazo razoável ao denunciado para realizar sua manifestação.
- (C) publicar a denúncia e aguardar o posicionamento posterior do denunciado.
- (D) encaminhar o processo para o Ministério Público antes da publicação.
- (E) publicar a investigação paulatinamente por partes até que o denunciado se manifeste.
-
54. Segundo o Decreto nº 83.284/1979, são funções privativas do jornalista o exercício habitual e remunerado das atividades de
- I. redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário.
- II. comentário ou crônica, por meio de quaisquer veículos de comunicação.
- III. entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada.
- IV. planejamento, organização, direção e eventual execução de eventos diversos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.
-
55. *É importante que os profissionais de comunicação compreendam os valores e as crenças que, na cultura das instituições públicas, norteiam o comportamento de todo o corpo interno – dirigentes e funcionários. O diagnóstico dos problemas estruturais e de relacionamento interno permite identificar dificuldades, ameaças, falhas e oportunidades de comunicação. Essa identificação possibilita criar um sistema de comunicação apropriado à cultura existente e, conseqüentemente, um modelo de gestão que garanta a consecução da missão da instituição.*
(NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães: *Gestão da comunicação interna das instituições públicas: um recurso esquecido*. In: **Comunicação Informação**, v. 4, n. 1/2, jan./dez. 2001, p. 121-131)
- Constitui trabalho da equipe de comunicação de uma instituição pública, tal como o Tribunal de Justiça do Amapá,
- (A) realizar um diagnóstico para atuar na mudança da cultura de gestão e serviços da organização.
- (B) realizar um diagnóstico que fundamente as necessidades de comunicação da organização dentro de sua cultura.
- (C) planejar a comunicação externa em função das mudanças necessárias na cultura de gestão da organização.
- (D) qualificar os profissionais de todos os departamentos para se adequarem ao planejamento de comunicação.
- (E) atuar em conjunto com a direção para estabelecer uma cultura que se adegue aos interesses dos gestores.
-
56. Luiz Costa Pereira Júnior (*Guia Para Edição Jornalística*, Vozes, 2009, p. 87-93) afirma que o editor pode agendar a cobertura de eventos de rotina, distribuídos com maior previsibilidade entre as edições de uma publicação, mas não há como prever o inesperado, mantendo equipes prontas para o trabalho cotidiano em cima de *breakingnews*. No caso de publicações editadas por instituições públicas,
- (A) elas não terão qualquer demanda por uma notícia inesperada, mantendo-se fixas nos eventos de rotina.
- (B) todas as informações que transitam pelas publicações de uma instituição pública são inesperadas.
- (C) trabalha-se com maior previsibilidade de pauta, mas há notícias inesperadas eventualmente, as quais devem ser trabalhadas.
- (D) a maior parte das informações é resultado de cobertura inesperada, cabendo pequena parte da equipe aos temas de rotina.
- (E) o *breakingnews* é eticamente incompatível com uma instituição pública na edição de veículos próprios.



57. O Assessor de Imprensa deve preparar o magistrado para dar entrevista (exclusiva ou coletiva) quando o Tribunal tem algum fato a comunicar para a opinião pública. Ao término da entrevista é conveniente ao assessor
- (A) colocar-se à disposição do repórter para complementar alguma informação necessária.
 - (B) aproveitar o conteúdo da entrevista e repassá-las para jornalistas de outros veículos não presentes.
 - (C) solicitar para que o repórter refaça a entrevista incluindo temas de interesse da organização.
 - (D) negociar com o repórter o pagamento de valores para aumentar o espaço da matéria sobre a organização.
 - (E) pedir ao repórter que envie a matéria para leitura e aprovação antes da publicação.

58. Um processo eficiente de comunicação interna tem como objetivos

- I. motivar os colaboradores para que estejam alinhados com a estratégia da organização.
- II. liderar e gerenciar a comunicação.
- III. preparar a divulgação de conteúdos para a imprensa e formadores de opinião.
- IV. gerenciar o excesso de informação, especialmente a desorganizada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

59. Constitui atividade comum ao Assessor de Imprensa em órgãos de qualquer natureza (setor público, setor privado ou terceiro setor)

- (A) relacionamento com a imprensa.
- (B) elaboração da carta de serviços ao cidadão.
- (C) elaboração de plano de mídia para campanhas publicitárias.
- (D) atendimento ao público/consumidor.
- (E) desenvolvimento do produto/serviço oferecido.

60. Durante o gerenciamento de uma crise há vários instrumentos utilizados para o bom desempenho da administração da situação que gerou o problema. Aquele que prepara o CEO ou o porta-voz de uma empresa ou instituição para uma entrevista é conhecido por

- (A) *house organ*.
- (B) *press kit*.
- (C) *media training*.
- (D) *clipping eletrônico*.
- (E) *clipping*.